



Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto na **Resolução BCB nº 2/2020** do Banco Central do Brasil, apresentamos a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** referentes à data-base de 30 de junho de 2026.

Demonstrativos compreendidos:

1. Termo Declaratório;
2. Relatório da Administração;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração do Resultado do Exercício;
5. Demonstração do Resultado Abrangente;
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
7. Demonstração do Fluxo de Caixa;
8. Notas Explicativas;
9. Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em 30/08/2026: <https://www.meucdc.com.br>

A Diretoria da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** declara a veracidade e a consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Atenciosamente,

CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.

Camila Dias Barros
Diretora

Emille Francielle Dias Barros
Catrinck
Diretora

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

Índice

Índice

1. TERMO DECLARATÓRIO	3
2. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	4
ATIVIDADES E RESULTADOS	4
INOVAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS	4
AGRADECIMENTOS	5
3. BALANÇO PATRIMONIAL BP	6
4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DRE	8
5. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DRE-A	9
6. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DMPL	10
7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DFC	12
8. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
8.1 CONTEXTO OPERACIONAL	13
8.2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
8.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS	13
8.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
8.5 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	15
8.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS — IFRS 9 E RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2021	15
8.7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16
8.8 OUTROS CRÉDITOS	19
8.9 IMOBILIZADO	20
8.10 INTANGÍVEL	20
8.11 OUTROS DEPÓSITOS	20
8.12 OUTRAS OBRIGAÇÕES	20
8.13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
8.14 GERENCIAMENTO DE RISCOS	21
8.15 OUTRAS INFORMAÇÕES	22
9. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22

1. Termo Declaratório

Eu, **CAMILA DIAS BARROS**, brasileira, economista, com domicílio comercial na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.000, Sala 419, Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.494-310, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo. Declaro serem de minha inteira responsabilidade as informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará as penalidades cabíveis.

Atenciosamente,

CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.

Belo Horizonte, agosto de 2026.

Camila Dias Barros
Diretora

2. Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** submete a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, relativos aos semestres findos em **30 de junho de 2026** e 30 de junho de 2025.

No contexto de desenvolvimento do mercado e das contínuas inovações, a revolução digital representa um fator determinante na concorrência. A Sociedade direciona investimentos para os avanços tecnológicos e aprimora constantemente a capacitação da equipe, visando à diversificação do portfólio com a introdução de novos produtos.

Visão Estratégica: a Sociedade concentrou-se em continuar a fortalecer sua presença no mercado financeiro como uma alternativa ágil e eficiente para a concessão de crédito direto a pessoas físicas e jurídicas. Essas abordagens têm como objetivo central garantir nossa competitividade e aprimorar a geração de valor.

Atividades e Resultados

Ampliação da Carteira: durante o período, registramos um crescimento significativo na base de clientes, demonstrando a demanda crescente por nossos serviços de crédito direto. Isso reflete nossa capacidade de atender às necessidades de uma ampla gama de clientes.

Tecnologia e Plataforma: investimos na melhoria contínua de nossa plataforma tecnológica para garantir uma experiência de usuário intuitiva, processos eficientes e segurança robusta. A plataforma permite que os clientes solicitem empréstimos, acompanhem suas transações e acessem informações financeiras de maneira conveniente.

Governança Corporativa: a Sociedade incorpora uma política de governança corporativa com princípios de ética, transparência, respeito e equidade, norteando as relações com clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores. Mantemos um compromisso com o aperfeiçoamento contínuo da gestão, sempre respaldado pelas diretrizes e estratégias estabelecidas pela Alta Administração.

Conformidade e Regulamentação: mantivemos um compromisso com a conformidade regulatória, trabalhando em estreita colaboração com as autoridades reguladoras para garantir que nossas operações estejam em conformidade.

Gestão de Riscos: implementamos estratégias de gestão de riscos para mitigar ameaças operacionais e financeiras. Nossa abordagem inclui a avaliação cuidadosa de perfis de crédito, análises de viabilidade e o monitoramento constante da inadimplência.

Inovação e Perspectivas Futuras

Novos Produtos e Serviços: continuaremos a expandir nossa oferta de produtos e serviços para atender às necessidades em constante evolução dos clientes.

Parcerias Estratégicas: buscaremos oportunidades para estabelecer parcerias estratégicas com instituições financeiras, fintechs e empresas de tecnologia. Essas parcerias nos permitirão ampliar nossa base de clientes e aumentar nossa presença no mercado.

Experiência do Cliente: continuaremos a aprimorar a experiência do cliente, investindo em atendimento personalizado, rapidez nas decisões de crédito e comunicação clara. Nossa meta é manter altos níveis de satisfação do cliente.

Agradecimentos

A Sociedade está dedicada a oferecer aos nossos clientes soluções financeiras inovadoras, seguras e de confiança. Ao manter nosso foco na aderência regulatória, na aplicação de novas tecnologias e no estreitamento do relacionamento com os clientes, estamos preparados para enfrentar os obstáculos e explorar as perspectivas futuras no âmbito do mercado de crédito direto.

A Administração da Sociedade agradece a confiança depositada por seus clientes e parceiros e o empenho de seus colaboradores.

Camila Dias Barros

Diretora

3. Balanço Patrimonial | BP

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	NE	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO CIRCULANTE		25.797	23.150
Disponibilidades	8.4	53	392
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.428	3.241
Aplicações no Mercado Interno		4.428	3.241
Títulos e Val. Mob. e Inst. Fin. Derivativos		12.523	15.994
Carteira Própria		12.523	15.994
Relações Interfinanceiras	8.5	893	249
Créditos Vinculados		893	249
Operações de Crédito	8.7	6.002	1.939
Operações de crédito		8.905	3.964
(–) RE – TJEO Diferenciada		(29)	(35)
(–) Provisões p/ perdas incorridas associadas ao risco de crédito		(1.879)	(1.557)
(–) Provisões Adicionais		(995)	(433)
Outros Créditos	8.8	1.898	1.335
Diversos		1.898	1.335
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.447	5.150
Operações de Crédito	8.7	0	3.936
Operações de crédito		0	3.936
(–) Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		0	0
Imobilizado	8.9	1.387	1.136
Outras Imobilizações de Uso		1.529	1.231
(–) Depreciações Acumuladas		(142)	(95)
Intangível	8.10	60	78
Ativos Intangíveis		188	188
(–) Amortizações Acumuladas		(128)	(110)
TOTAL DO ATIVO		27.244	28.300

	NE	30/06/2026	31/12/2025
PASSIVO CIRCULANTE		18.237	21.236
Depósitos	8.11	16.779	18.598
Outros Depósitos		16.779	18.598
Outras Obrigações	8.12	1.458	2.638
Cobrança e Arrecadação de Tributos		28	64
Fiscais e Previdenciárias		321	94
Diversas		1.109	2.480
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.13	9.007	7.064
Capital Social		8.000	6.000
Reserva de Lucros		1.031	1.064
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(24)	0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.244	28.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado | DRE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Jan–Jun/2026	Jan–Jun/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.856	9.015
Operações de crédito	1.283	2.197
Resultado com operações de títulos e valores mobiliários	348	198
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6.225	6.620
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(885)	(905)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(885)	(905)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.971	8.110
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(7.386)	(7.862)
Receitas de prestação de serviços	1.561	867
Rendas de tarifas bancárias	0	58
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	0	0
Despesas de pessoal	(72)	(67)
Outras despesas administrativas	(7.307)	(8.246)
Despesas tributárias	(650)	(669)
Outras receitas operacionais	0	260
Outras despesas operacionais	(918)	(65)
RESULTADO OPERACIONAL	(415)	248
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	480	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	65	248
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(89)	(59)
Provisão para imposto de renda e contribuição social — corrente	(225)	(140)
Provisão para imposto de renda e contribuição social — diferido	136	81
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(24)	189
Lucro (Prejuízo) por ação — R\$	(0,0027)	0,0344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração do Resultado Abrangente | DRE-A

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Jan–Jun/2026	Jan–Jun/2025
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(24)	189
Outros Resultados Abrangentes	0	0
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(24)	189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | DMPL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Semestre findo em 30 de junho de 2026

Eventos	Capital Realizado	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros	Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.000	28	1.036	0	0	0	7.064
1 – Ajustes de Períodos Anteriores / Res. 4.966	0	0	0	0	0	0	0
2 – Aumento de Capital	0	0	0	2.000	0	0	2.000
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	(24)	(24)
4 – Destinações:							
Reserva Legal	0	0	0	0	0	0	0
Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos / Juros sobre o Capital	0	0	0	0	0	0	0
Reservas Especiais de Lucro	0	0	0	0	0	0	0
5 – Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	0	0	(33)	0	0	0	(33)
Saldos em 30 de junho de 2026	6.000	28	1.003	2.000	0	(24)	9.007
Mutações do Período	0	0	(33)	2.000	0	(24)	1.943

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Eventos	Capital Realizado	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros	Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.000	11	458	0	0	0	3.469
1 – Efeitos da Adoção Inicial da Resolução 4.966/21	0	0	0	0	0	56	56
2 – Aumento de Capital	2.000	0	0	500	0	0	2.500
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	189	189
4 – Destinações:							
Reserva Legal	0	0	0	0	0	0	0
Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos / Juros sobre o Capital	0	0	0	0	0	0	0
Reservas Especiais de Lucro	0	0	0	0	0	0	0
5 – Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	0	0	(17)	0	0	0	(17)
Saldos em 30 de junho de 2025	5.000	11	441	500	0	245	6.197
Mutações do Período	2.000	0	(17)	500	0	245	2.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstração do Fluxo de Caixa | DFC

Método Indireto — Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Jan–Jun/2026	Jan–Jun/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	(24)	189
1.2 Ajustes por depreciação/amortização	65	75
1.3 Ajustes por provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	885	905
2. Variação de ativos e obrigações	(1.114)	(6.269)
2.1 (Aumento) Redução dos ativos: títulos e valores mobiliários / relações interfinanceiras	1.640	(3.790)
2.2 (Aumento) Redução dos ativos: operações de crédito	(1.011)	(2.982)
2.3 (Aumento) Redução dos ativos: outros créditos	(563)	(1.155)
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos passivos: outras obrigações	191	153
2.6 Aumento (Redução) nos passivos: credores diversos — País	0	0
2.7 Aumento (Redução) diversos	(1.371)	1.505
3. Caixa líquido das atividades operacionais	(188)	(5.100)
4. Caixa líquido das atividades de investimento	(298)	(815)
4.1 Aquisições de ativo imobilizado/intangível	(298)	(815)
5. Caixa líquido das atividades de financiamento	147	5.917
5.1 Depósitos	(1.819)	3.434
5.2 Empréstimos — País	0	0
5.3 Dividendos pagos	(34)	(17)
5.4 Capital social / reservas	2.000	2.500
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	(339)	2
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	392	32
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	53	34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2026 — Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8.1 Contexto Operacional

A CDC Sociedade de Crédito Direto S.A., CNPJ nº 18.394.228/0001-79, iniciou suas atividades no ano de 2013 e tem por objeto social a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros.

8.2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo BACEN.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2/2020, que trata da divulgação das demonstrações financeiras.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, cujos valores são expressos em milhares de reais.

A Instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 19 de agosto de 2026, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No período, a Instituição não apurou resultados não recorrentes.

8.3 Principais Critérios Contábeis Adotados

- a) Receitas e Despesas:** as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** conforme resolução vigente, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
- c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
- d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment):** de acordo com a Lei nº 11.638/07, é obrigatória a análise periódica da recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.
- e) Operações de Crédito:** as operações de crédito estão demonstradas com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do

balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma pro rata dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, reduzido dos encargos a apropriar.

- f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito:** esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 e legislação complementar.
- g) Imobilizado de Uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%; sistema de processamento de dados e veículos – 20%.
- h) Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas:** os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, dos quais decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.
- i) Outras Obrigações – Sociais, Estatutárias, Fiscais e Previdenciárias:** as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei nº 10.637/2002 – art. 8º e Lei nº 10.833/2003 – art. 10, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei nº 9.701/1988 – art. 1º; Lei nº 9.718/1988 – art. 3º, §§ 4º a 9º).
- j) Imposto de Renda e Contribuição Social:** foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% para o lucro ajustado acima de R\$ 240.000,00 anuais. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.
- k) Utilização de Estimativas:** para a elaboração das informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A Instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

8.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos Bancários	52	374
Reservas Livres	1	18
Total	53	392

8.5 Relações Interfinanceiras

Os valores referentes às Relações Interfinanceiras apresentam a seguinte composição:

	30/06/2026	31/12/2025
Créditos Vinculados	893	249
Total	893	249

8.6 Instrumentos Financeiros — IFRS 9 e Resolução CMN nº 4.966/2021

a) Introdução

A Instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Essa norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base: (i) no modelo de negócios da Instituição; e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias: Custo Amortizado (CA) — ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais; Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) — ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual; e Valor Justo por Meio do Resultado (VJR) — ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A Instituição utiliza o método de juros efetivos para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A Instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos: (i) atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos; e (ii) evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido. Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito: a Instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera: (i) classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias; e (ii) faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros: ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A Instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação: Renegociação — alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral; Reestruturação — ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial ou alteração substancial das condições. Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da Instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de: políticas de crédito; monitoramento permanente da carteira; análise de concentração e inadimplência; e testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

8.7 Operações de Crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua classificação por carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda, conforme histórico interno e práticas do mercado. A Instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Classificação das operações de crédito

Posição em 30/06/2026:

Operações de Crédito	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	8.905	0	8.905
Saldo Contratual	8.905	0	8.905
(–) RD – TJEO Diferenciada	(29)	0	(29)
(–) Receita a Apropriar	(29)	0	(29)
(–) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	(1.879)	0	(1.879)
(–) Provisão Adicional	(995)	0	(995)
(–) Provisão de Perdas	(2.874)	0	(2.874)
Saldo Contábil Líquido	6.002	0	6.002
<i>Classificação Contábil</i>	<i>Custo Amortizado</i>		

Posição em 31/12/2025:

Operações de Crédito	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	3.964	3.936	7.900
Saldo Contratual	3.964	3.936	7.900
(-) RD – TJEO Diferenciada	(35)	0	(35)
(-) Receita a Apropriar	(35)	0	(35)
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	(1.557)	0	(1.557)
(-) Provisão Adicional	(433)	0	(433)
(-) Provisão de Perdas	(1.990)	0	(1.990)
Saldo Contábil Líquido	1.939	3.936	5.875
<i>Classificação Contábil</i>	<i>Custo Amortizado</i>		

b) Composição da carteira de operações de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Composição da Carteira de Operações de Crédito	6.002	5.875
Empréstimos	6.002	5.875
Crédito Pessoal	3.139	3.978
Capital de Giro	2.863	1.897

c) Classificação por estágios de risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	8.876	7.864
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	4.663	5.361
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	4.663	5.361
Metodologia Simplificada – Ativos Problemáticos	4.213	2.503
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	4.213	2.503

d) Classificação por carteiras de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Classificação por Carteiras de Provisão	8.876	7.864

	30/06/2026	31/12/2025
Carteira C4	3.517	2.128
Não Problemáticos	2.030	1.714
De 0 a 14 dias de atraso	2.002	1.691
De 15 a 30 dias de atraso	28	9
De 31 a 60 dias de atraso	–	14
Problemáticos Adimplidos	1.230	67
De 0 a 90 dias de atraso	1.230	67
Problemáticos Inadimplidos	257	348
Inadimplido – período menor que 1 mês	24	20
Inadimplido – período ≥ 1 e < 2 meses	114	108
Inadimplido – período ≥ 2 e < 3 meses	58	–
Inadimplido – período ≥ 6 e < 7 meses	–	207
Inadimplido – período ≥ 7 e < 8 meses	48	–
Inadimplido – período ≥ 9 e < 10 meses	–	13
Inadimplido – período ≥ 15 e < 16 meses	13	–

	30/06/2026	31/12/2025
Carteira C5	5.359	5.736
Não Problemáticos	2.633	3.647
De 0 a 14 dias de atraso	2.241	2.840
De 15 a 30 dias de atraso	204	467
De 31 a 60 dias de atraso	138	288
De 61 a 90 dias de atraso	50	52
Problemáticos Adimplidos	585	301
De 0 a 90 dias de atraso	585	301
Problemáticos Inadimplidos	2.141	1.788
Inadimplido – período menor que 1 mês	105	121
Inadimplido – período ≥ 1 e < 2 meses	104	70
Inadimplido – período ≥ 2 e < 3 meses	176	233
Inadimplido – período ≥ 3 e < 4 meses	22	83
Inadimplido – período ≥ 4 e < 5 meses	128	77
Inadimplido – período ≥ 5 e < 6 meses	64	53
Inadimplido – período ≥ 6 e < 7 meses	94	152
Inadimplido – período ≥ 7 e < 8 meses	68	110
Inadimplido – período ≥ 8 e < 9 meses	145	204
Inadimplido – período ≥ 9 e < 10 meses	73	82
Inadimplido – período ≥ 10 e < 11 meses	69	22
Inadimplido – período ≥ 11 e < 12 meses	42	12
Inadimplido – período ≥ 12 e < 13 meses	144	34
Inadimplido – período ≥ 13 e < 14 meses	79	27
Inadimplido – período ≥ 14 e < 15 meses	195	41
Inadimplido – período ≥ 15 e < 16 meses	65	114
Inadimplido – período ≥ 16 e < 17 meses	24	20
Inadimplido – período ≥ 17 e < 18 meses	9	99
Inadimplido – período ≥ 18 e < 19 meses	39	42
Inadimplido – período ≥ 19 e < 20 meses	22	79
Inadimplido – período ≥ 20 e < 21 meses	26	16
Inadimplido – período ≥ 21 meses	448	97

8.8 Outros Créditos

A composição de outros créditos está assim demonstrada:

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento de viagem	16	12
Adiantamento a terceiros	220	149
Adiantamento de despesa	476	232
Adiantamento — transitória de débito	417	420
Impostos a compensar	65	126
Crédito tributário	488	352
Devedores diversos	216	44
Total	1.898	1.335

8.9 Imobilizado

O ativo imobilizado da Sociedade, no valor de R\$ 1.387 mil, é composto por:

	30/06/2026	31/12/2025
Móveis, equipamentos e sistema de processamento de dados	297	261
Imóveis	1.232	970
(-) Depreciações Acumuladas	(142)	(95)
Total	1.387	1.136

8.10 Intangível

O ativo intangível da Instituição, no valor de R\$ 60 mil, é composto substancialmente por sistema de processamento de dados, com taxa de amortização de 20% a.a.:

	30/06/2026	31/12/2025
Sistema de processamento de dados	172	172
Outros	16	16
(-) Amortizações Acumuladas	(128)	(110)
Total	60	78

8.11 Outros Depósitos

	30/06/2026	31/12/2025
Conta de Pagamento Pré-Paga	16.779	18.598
Total	16.779	18.598

8.12 Outras Obrigações

Abaixo, a composição das outras obrigações:

	30/06/2026	31/12/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28	64
Fiscais e Previdenciárias	321	94
Provisão para Pagamentos a Efetuar	18	15
Credores Diversos — País	1.091	2.465
Total	1.458	2.638

8.13 Patrimônio Líquido

8.13.1 Capital Social

A Sociedade possui capital social integralizado no montante de R\$ 8.000 mil, representado por 8.000 mil cotas, com valor unitário de R\$ 1,00.

8.13.2 Reserva de Lucros

A Reserva de Lucros é constituída com a destinação do resultado do exercício anterior e totaliza o montante de R\$ 1.031 mil.

8.13.3 Lucro/Prejuízo Acumulado

A Sociedade apurou prejuízo no montante de R\$ 24 mil no semestre findo em 30/06/2026.

8.13.4 Impostos e Contribuições

A Instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Discriminação	30/06/2026	31/12/2025
Contas de Resultado Credoras	9.896	18.884
Contas de Resultado Devedoras	(9.831)	(18.329)
Lucro/Prejuízo antes dos Ajustes	65	555
(+) Adições	885	1.336
(-) Exclusões	(312)	(1.291)
Lucro Tributável antes da Compensação de Prejuízo Fiscal	638	600
(-) Compensação de Prejuízos de Exercícios Anteriores	—	—
Lucro Tributário Real	638	600
Imposto de Renda (15% + 10% adicional)	148	126
Contribuição Social (9%)	77	54
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136	181

8.14 Gerenciamento de Riscos

8.14.1 Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte; à redução de ganhos ou remunerações; às vantagens concedidas na renegociação; e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

8.14.2 Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

8.14.3 Risco Operacional

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

8.14.4 Risco Socioambiental

Atendendo às normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

8.14.5 Risco de Capital

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil, a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender às necessidades de funding da Instituição e à governança estabelecida pelo BACEN, observando os seguintes itens: Relevância — considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; e Proporcionalidade — política compatível com o porte da Instituição.

8.14.6 Ouvidoria

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementado via ABSCM, instituição representativa de classe.

8.14.7 Limite Operacional (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado – PRS5, conforme Resolução BCB nº 4.606/2017. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou, em 30/06/2026, em 52,41%, com o Patrimônio de Referência (PRS5) em R\$ 8.946.667,76 (valor expresso em reais).

8.15 Outras Informações

8.15.1 Elaboração das Demonstrações Financeiras

Em conformidade com a Resolução nº 1.184/09 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2026 foi autorizada pelos sócios da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 19/08/2026.

9. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
CDC Sociedade de Crédito Direto S/A
Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CDC Sociedade de Crédito Direto S/A** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CDC Sociedade de Crédito Direto S/A** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Pinhais, 28 de agosto de 2026.

Ronskoski Auditores Independentes S/S
CRC – PR Nº 011842/O-5
CVM Nº 13200



Luiz Eduardo Ronskoski
CRC – PR Nº 044.768/O-3